

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ATA Nº 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDRS

ATA DA REUNIÃO: 99ª Reunião Ordinária do CEDRS **DATA:** 08 de abril de 2014
INÍCIO: 9h40 **TÉRMINO:** 13h
LOCAL: Auditório – Prédio Anexo - SEAG

Secretário Executivo: Clésio Antônio Brandão

Relatora: Lenise Lima Rabelo

1. PARTICIPANTES

1.1. Presentes

(T) Conselheiro-Titular

(S) Conselheiro-Suplente

(C) Convidado

(O) Outros

(P) Presidente

(SE) Secretário Executivo

(R) Relator

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
SEAG	Enio Bergoli da Costa	(27) 3636-3725	secretario@seag.es.gov.br	P
SEAG/GEAF	Clésio Antônio Brandão	(27) 3636-3717	clesio@seag.es.gov.br	SE
SEAG/GEAF	Lenise Lima Rabelo	(27) 3636-3683	pronaf-es@seag.es.gov.br	R
SEAG/GEAF	Rainer R. Bonzano Comper	(27) 3636-3687	comper@seag.es.gov.br	O
INCAPER	José Braz Venturim	(27) 3636-9820	bventuri@incaper.es.gov.br	S
CEF	Marcos André da Silva	(27) 3357-5500	marcos-andre.silva@caixa.gov.br	S
Banco do Brasil	Wederson Hubner Nascimento	(27) 3331-2612	whn@bb.com.br	T
BNB	Sonia Lucia de Oliveira Santos	(27) 3371-3673	sonialuciaos@bnb.gov.br	S
DFDA	Josean de Castro Vieira	(27) 3185-9058	josean.vieira@mda.gov.br	T
INCRA	Ricardo Muniz Stroligo	(27) 3185-9050	ricardo.stroligo@vta.incra.gov.br	T
FOSEMAG	Edson Fosse Filho	(28) 3558-1764	edsonfosse@gmail.com	T
FOSEMAG	Manfredo Kruger	(27) 3263-4826	agropecuaria@pmsmj.es.gov.br	S
FAES	Murilo Antonio Pedron	(27) 3185-9215	murilo@faes.org.br	T
FETAES	Reginaldo Armelão	(27) 99933-2142	armelao@terra.com.br	T
APTA	Demetrius de Oliveira Silva	(27) 3763-5895	demetrius@apta-wa.org.br	S
UNICAFES	Valdemar Flegler	(27) 99608-3130	caf.smj@hotmail.com	S
MST	Joãozinho Santos de Souza	(27) 99949-7587	joaozinhomstes@yahoo.com.br	T
MST	Daniel Mancio	(27) 99754-5760	d_mancio@yahoo.com	S
Comissão Estadual de Jovens	Clébio Marques Brambati	(27) 3223-3677	clebiobranbati@hotmail.com	T
SEAG	Decimar Schultz	(27) 99724-9662	organica@seag.es.gov.br	C
P. M. S. M. Jetibá	Nelma Honizorge Falh	(27) 3263-4829	nelmafalk@yahoo.com.br	C
EFASJG - S. M. Jetibá	Juarezza Loose Verdin	(27) 3263-4004	efagarrafao@yahoo.com.br	C
SEADH	Carliza Pereira Pinto	(27) 3636-6841	carlizapp@seadh.es.gov.br	C
P. M. S. M. Jetibá	Edenilson Abreu	(27) 3263-4882	garrafãoofruit@hotmail.com	C
ACCB	Adenildo Machado	(27) 99992-4266		C
ACCB	Wallace de Souza Nascimento	(27) 99762-0718	wallace.s.n@hotmail	C
MEPES	Feliquex Bissa Meriguete	(28) 3636-1151	mepes.projeto@gmail.com	C

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

1.2. Membros com ausência justificada

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
MAPA	José Arnaldo de Alencar	(27) 3137-2700	gab-es@agricultura.gov.br	T
MAPA	Sara Hoppe Schröder	(27) 3137-2752	sara.hoppe@agricultura.gov.br	S

1.3. Entidades Ausentes

SEAMA, SEADH, IDAF, FUNAI, MPA, MEPES, Comissão Estadual de Mulheres, FECOPES, Coord. Estadual dos Quilombolas, AITG e RECOTES.

2. EXPEDIENTE

Foi solicitada a assinatura na lista de presença, tanto dos membros como dos convidados.

Distribuição de cópia dos seguintes documentos:

- Ata da 98ª Reunião do CEDRS
- Atas da 71ª e 72ª Reunião da Câmara Técnica de Política Fundiária
- Atas da 50ª e 51ª Reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura Produtiva e PROINF
- Ata da 41ª Reunião da Câmara Técnica de ATER e
- Convocatória desta 99ª reunião do CEDRS

Verificado o quorum, o Secretário Executivo do CEDRS iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

3. PAUTA DA REUNIÃO

I PARTE:

1. Palavra do Presidente – Secretário de Estado da Agricultura (5min);

II PARTE: Ordem do dia

2. Aprovação da Ata da 98ª Reunião Ordinária do CEDRS (5min);
3. Aprovação do Calendário de Reuniões do CEDRS para o ano de 2014 (10min);
4. Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de ATER (15min);
5. Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de Política Fundiária (10min);
6. Deliberação da Câmara Técnica de Infraestrutura Produtiva (20min);
7. Recomposição das Câmaras Técnicas e alteração do Regimento Interno do CEDRS (20min);
8. Apresentação da Situação Atual do projeto Incluir no Campo - Comitê Gestor (20min);
9. Criação da Comissão para construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (15min);
10. Proposta da RECOTES para realização do Encontro da Rede Estadual de Colegiados (20min);
11. Pendências na Homologação do Município de Cariacica no Território Montanhas e Águas, aprovada na 75ª Reunião Ordinária do CEDRS, de 01/06/2010 (15min);
12. Solicitação do Território Montanhas e Águas sobre a demanda de técnicos referente a Chamada de Ater 10/2012 - Sustentabilidade (15min);
13. Palavras dos Conselheiros (10min);
14. Assuntos Gerais (10min).

4. ASSUNTOS TRATADOS

4.1. O Presidente Enio Bergoli agradeceu a presença de todos e informou que está em evolução, e bem encaminhada, a discussão para a criação do Fundo da Agricultura Familiar do Espírito Santo, que contará com recursos, já garantidos, do BNDES, entre outros. Informou, ainda, que será oficializado através de lei e apresentado ao CEDRS. Destacou que a proposta, que vem sendo discutida também com o MST, há cerca de cinco meses, irá atender, através de chamadas públicas, a todos os 13 projetos que integram o Programa Vida no Campo, sendo três deles num primeiro momento. Serão chamadas públicas para a ATER, Revitalização dos Assentamentos e também para o projeto de Infraestrutura Produtiva, em complementação ao projeto tradicional, acrescentando 50% além do limite já estabelecido para cada município. A seguir, o Presidente deu posse ao novo conselheiro da FOSEMAG, Sr. Manfredo Kruger.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

- 4.2. Foi aprovada a inclusão na pauta da deliberação de Emenda Parlamentar nº 27710001, do ano de 2014, do Deputado Federal César Colnago, para a SEAG, através do Ministério da Agricultura. Marcela Cândido, do Setor de Convênios da SEAG, apresentou a emenda: um caminhão com carroceria de madeira, para atender o município de Alfredo Chaves e um secador de café, para atender o município de Alegre. O Conselheiro Josean destacou a necessidade de adequação do secador de café às leis ambientais, como vem sendo exigido pelo Ministério Público. Colocado em votação, a emenda parlamentar foi aprovada por unanimidade (Anexo 1).
- 4.3. Colocada em votação, a ata da 98ª Reunião Ordinária do CEDRS foi aprovada por unanimidade.
- 4.4. Foi apresentada a proposta do Calendário de Reuniões do CEDRS para o ano de 2014, que mantém, normalmente, a primeira terça-feira de cada mês. O Secretário Executivo do CEDRS também apresentou os calendários de reuniões das Câmaras Técnicas, já aprovadas nas suas últimas reuniões. O Conselheiro Demétrius, da APTA, reiterou a solicitação para que a Secretaria Executiva do CEDRS viabilize, junto aos órgãos competentes do Estado, uma forma de custear as despesas dos conselheiros da sociedade civil para a participação nas reuniões das câmaras Técnicas e CEDRS, citando exemplos de outras instâncias onde já estão garantidas as condições de participação. O Conselheiro Josean, da DFDA/ES, destacou o convênio celebrado entre o MDA e mais de 70 municípios no Estado, cujo objeto foi a estruturação das secretarias municipais de agricultura, que viabilizou, inclusive, a cessão de veículo. Informou que, no termo de doação com encargos, já foi levado em conta essa reivindicação da sociedade civil, constando que os veículos seriam utilizados, inclusive, para a sociedade civil poder participar de reuniões dos conselhos, câmaras técnicas, reuniões territoriais e nas outras atividades ligadas às secretarias de agricultura e MDA. Solicitou, assim, que enquanto não houver a viabilidade junto ao Governo do Estado, seja feita comunicação da sociedade civil às Secretarias de Agricultura de origem, com cópia a DFDA/ES, solicitando a disponibilização do veículo para atender o deslocamento dos conselheiros da sociedade civil. A pedido do Conselheiro Reginaldo Armelão, a DFDA/ES encaminhará cópia do termo de doação com encargos para a Secretaria Executiva do CEDRS. Colocado o calendário de reuniões do CEDRS em votação, foi aprovado por unanimidade (Anexo 2).
- 4.5. O Conselheiro Braz Venturim, do INCAPER, apresentou os pontos de pauta analisados pela Câmara Técnica de ATER, em sua 41ª reunião. Informou que, na atualização do regimento interno e na análise da recomposição da Câmara Técnica, ficaram apenas 7 (sete) entidades membros: SEAG, INCAPER, IDAF, DFDA/ES, INCRA, MEPES e FETAES. No entanto, as empresas privadas, prestadoras de serviços de ATER, deverão eleger uma representação, para fazer parte dessa Câmara Técnica, até o dia 28/04/2014. O Conselheiro Josean informou que a Câmara Técnica aprova a paridade entre os membros, mas não está sendo possível. Assim, solicitou a adesão de outra entidade da sociedade civil. O Conselheiro Joãozinho, do MST, informou que o MST aceita o convite e indicará seus representantes. O Conselheiro Ricardo, do INCRA, informou, ainda, que as empresas credenciadas deverão se reunir num fórum, para elegerem uma representação única, que funcionará como um colegiado, para integrar a Câmara Técnica.
- 4.6. Foi também decidida a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um estudo, visando verificar como estão sendo realizadas as ações de ATER aos agricultores familiares no Estado.
- 4.7. O Conselheiro Braz informou, ainda, que, após as análises devidas, a Câmara Técnica de ATER recomenda ao CEDRS a aprovação de credenciamento para prestação de serviços de ATER, das seguintes empresas: AGROTEC Consultoria Agrícola Ltda – ME (somente para atuar no estado do Espírito Santo), COOPSATE – Cooperativa de Prestação de Serviço de Assistência Técnica, Capacitação, Extensão e Educação Rural, Serra Norte Consultoria e MAST Consultoria Ltda – ME. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade o credenciamento das empresas citadas. A Câmara Técnica de ATER recomenda que a UTE oriente as entidades prestadoras de ATER a realizarem o credenciamento no SIATER e que as mesmas encaminhem a documentação para o Secretário Executivo do CEDRS.
- 4.8. Foi apresentado o parecer da Câmara Técnica de ATER, quanto às pendências na homologação do município de Cariacica no Território Montanhas e Águas. A Câmara Técnica recomendou que o município comprove

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

através de estudo, que a maioria dos proprietários de imóveis rurais são agricultores familiares: com dados do INCRA, do número de imóveis rurais no município; e com dados do MDA, do número de agricultores familiares com DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF. Colocado o encaminhamento em votação, foi aprovado que o município fará o estudo, encaminhará ao CEDRS para deliberação e posterior encaminhamento ao CONDRAF.

- 4.9. O Coordenador da Câmara Técnica de Política Fundiária, Braz Venturim, informou sobre os pontos de pauta analisados pela Câmara Técnica, em suas 71ª e 72ª reuniões. Informou que, após análise, recomenda a aprovação da alteração de valor na proposta do PNCF em nome da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Água Limpa I, já aprovada anteriormente pelo CEDRS e modificada pelos proponentes, passando de R\$176.168,60 para R\$215.000,00. Colocada em votação, a alteração de valor foi aprovada (Anexo 3).
- 4.10. Foram apresentadas as propostas do PNCF para a Associação Familiar Agricultores dos Santos Dias, município de Nova Venécia, e para a Associação Família Valt, município de Santa Teresa, com recomendação de aprovação pela Câmara Técnica de Política Fundiária. Colocadas em votação, as propostas foram aprovadas com um voto contrário, com solicitação a UTE para que verifique a elegibilidade dos beneficiários para a proposta da Associação Familiar Agricultores dos Santos Dias e, se não houver enquadramento, que promova a devida substituição (Anexo 3).
- 4.11. O Coordenador Braz Venturim, informou, também, que foi encaminhado, pela UTE, o Processo Administrativo Nº 64525163 que trata de irregularidades apontadas pelo Ministério Público na aquisição de terras, do ano de 2002, em nome da Associação Comunitária Nossa Terra, através do antigo programa Banco da Terra, no município de Domingos Martins. Para respaldar a análise, e a deliberação do CEDRS na próxima reunião, a Câmara Técnica de Política Fundiária fará uma visita à propriedade, em 15/04/2014.
- 4.12. A seguir, o Coordenador Braz Venturim informou que foi aprovada a proposta de realização de Seminários de Política Fundiária, de forma regionalizada: com dois seminários marcados para os Territórios da Cidadania Norte e Caparaó, em maio e novembro de 2014, respectivamente, e outros cinco seminários nos Territórios de Identidade, a ocorrer no ano de 2015. O Conselheiro Josean solicitou que seja feito convite para a participação dos técnicos do Projeto Incluir no Campo, para que possam conhecer melhor os programas de reforma agrária e de crédito fundiário, tendo em vista o alto percentual de pessoas identificadas em situação de pobreza, com dificuldades do acesso a terra.
- 4.13. O Coordenador da Câmara Técnica de Infraestrutura Produtiva e PROINF, Rainer Comper, apresentou os projetos que haviam sido aprovados na reunião anterior do CEDRS, mas que dependiam da revisão dos planos de trabalho, pelos Conselhos Municipais, com substituição das vans ou comprovação da utilização pelos sindicatos e escolas famílias. Informou que o projeto do município de Alfredo Chaves, não seria deliberado, por ainda não ter recebido parecer favorável da Câmara Técnica e estar aguardando o resultado da reunião do CMDRS para a discussão da pendência, que estava sendo realizada nesse dia. Colocadas em votação, as adequações nos projetos de Santa Maria de Jetibá, Muniz Freire e Domingos Martins foram aprovadas por unanimidade. A adequação no projeto de Água Doce do Norte foi colocada em votação, sendo aprovada com uma abstenção e dois votos contrários. A adequação no projeto de Itapemirim foi colocada em votação, sendo reprovada por unanimidade (Anexo 4).
- 4.14. Apresentado o projeto de Infraestrutura Produtiva do município de Mucurici, que tem como objeto a aquisição de 02 Caminhões de carroceria, no valor de R\$252.000,00. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade (Anexo 4).
- 4.15. O Coordenador Rainer Comper informou sobre a análise, pela Câmara Técnica, do ofício encaminhado pela Prefeitura Municipal de Castelo, requerendo a flexibilização da lista de possíveis objetos a serem solicitados pelas municipalidades, através do projeto de Infraestrutura Produtiva. A decisão foi pela manutenção da regra de tomar como referência a lista dos itens constantes do “Programa Mais Alimentos”, sendo possível a aceitação de algumas exceções, de acordo com o interesse público e os benefícios aos agricultores familiares. Os Conselheiros Demétrius, Manfredo, Joãozinho, Daniel e Josean se pronunciaram sobre o

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

assunto e manifestaram a necessidade de se estimular os municípios a aplicarem os recursos em outros itens, especialmente em pequenas agroindústrias, e que não sejam apenas máquinas agrícolas, já que existem outras fontes. Assim, os conselheiros solicitam que o Estado estabeleça mecanismos, com uma política de Estado, visando o desenvolvimento de pequenas agroindústrias, especialmente no norte do Estado. O Conselheiro Demetrius reivindicou que houvesse, por parte da SEAG, a disponibilização de uma equipe técnica especializada para dar suporte aos municípios na implantação de agroindústrias familiares. O Conselheiro Josean lembrou que foi lançado recentemente o Agrolegal, o Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural, coordenado pela ADERES, que visa a formalização das agroindústrias familiares e o empreendedorismo no campo, como instrumento de agregação de valor à atividade rural. O Conselheiro Braz recomendou, e foi aprovado, que o CEDRS realizasse um Fórum ou Seminário ou reunião de trabalho para se debater o desenvolvimento da agroindústria no Estado. O Gerente de Agricultura Orgânica da SEAG, Decimar Schultz, recomendou que houvesse uma avaliação da legislação existente à luz do que está acontecendo na prática, para que se possam decidir as ações.

4.16. A Relatora Lenise apresentou, resumidamente, o resultado das medidas tomadas pela Secretaria Executiva do CEDRS para a recomposição das câmaras técnicas de ATER, de Política Fundiária e de Infraestrutura Produtiva e PROINF e as revisões nos seus respectivos regimentos internos. O Secretário Executivo, Clésio, informou que, na Câmara Técnica de Crédito Rural, os trabalhos, visando a reativação e recomposição, ainda não foram iniciados, devendo ocorrer no próximo mês. As alterações no regimento interno de cada câmara estabeleceram o número mínimo de 7 entidades membros; a participação de convidados que possam contribuir para a discussão de acordo com os temas em pauta; a possibilidade de criação de comissões ou grupos de trabalho específicos, com prazo determinado, para estudar, propor, detalhar e analisar assuntos pertinentes a cada Câmara; e o encaminhamento ao CEDRS apenas de projetos e matérias completas que tenham obtido parecer favorável. Além disto, lembrou que ainda está em discussão, o número mínimo de membros para a realização das reuniões. O Conselheiro Josean informou que está sendo discutida a possibilidade de estabelecimento do quórum, nas reuniões das Câmaras Técnicas, com 30% das representações, tendo em vista que as Câmaras Técnicas têm caráter apenas consultivo, não tendo caráter deliberativo. Na recomposição da Câmara Técnica de ATER, dos 10 membros, foram excluídas três delas: o MPA, Chão Vivo e FECOPES, tendo em vista a ausência em todas as reuniões de 2013 e na atual, sem resposta às correspondências encaminhadas. Nas demais câmaras técnicas, só existem pendências quanto a substituição de alguns membros que se desligaram das entidades que representavam. O Conselheiro Joãozinho informou que o MST tem interesse em participar das demais câmaras técnicas. Quanto à revisão e atualização do Regimento Interno do CEDRS, Lenise lembrou que, em 2008, quando da reunião extraordinária que reestruturou o CEDRS, foi criada uma comissão composta por SEAG, FETAES, MAPA e MEPES para a realização desta revisão. No entanto, não houve avanço.

4.18. O Conselheiro Josean esclareceu que uma demanda apontada na conferência de desenvolvimento rural sustentável, foi a criação de uma Comissão para construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, quando se poderá discutir, também, o papel das câmaras técnicas e do CEDRS. Assim, sugeriu que a mesma comissão formada para construção do Plano, seja também a mesma que fará a revisão do Regimento Interno do CEDRS. O Secretário Executivo do CEDRS colocou em votação a criação dessa Comissão, nos moldes sugeridos pelo Conselheiro Josean. Com a aceitação dos conselheiros, foram indicadas as seguintes entidades para compor a comissão paritária: FETAES, APTA, MST, MEPES, FAES, RECOTES, DFDA, SEAG, INCAPER, IDAF, IEMA e INCRA.

4.19. A Sra. Carliza Pereira Pinto, da SEADH e do Comitê Gestor do Projeto Incluir no Campo, apresentou as ações que vêm sendo desenvolvidas e os números atualizados do projeto, lançado em 2011, e que tem foco na redução da pobreza. O Conselheiro Josean parabenizou a equipe pelo que está sendo feito no Estado, lembrando que a atuação da equipe conseguiu reunir CRAS, INCAPER, Secretarias Municipais de Ação Social e Secretarias de Agricultura. Informou, ainda, que 1.729 famílias que estão incluídas no projeto, estão garantidas pelo MDA, num acordo com o INCAPER que presta serviços de ATER a estas famílias. Cada família tem disponível o valor de R\$2.480,00 para a implantação de um projeto produtivo e 120 famílias já contrataram. O Conselheiro Josean informou que, se houver mais famílias identificadas que necessitem do recurso, o MDA pode disponibilizar o quanto for necessário. O problema tem sido a diferença regional entre

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

as famílias que acessam o programa: enquanto em uma região existem 100 projetos, em outra existem apenas 2. O Conselheiro Braz Venturim informou que o INCAPER precisou distribuir as famílias levando em conta a sua força técnica. Esclareceu, também, que, por força dos acordos e chamadas públicas com o MDA, um mesmo técnico não pode atender em duplicidade, ou seja, trabalhando em mais de um programa do MDA. A Conselheira Sonia questionou sobre a demanda do microcrédito no Estado. O Conselheiro Josean destacou a necessidade de se informar aos técnicos sobre todos os programas de inclusão que existem, inclusive o microcrédito. A Conselheira Sonia, do BNB, informou, ainda, que o Banco do Nordeste possui duas agências, em Nova Venécia e São Mateus, que trabalham com o Pronaf B, junto às comunidades, e colocou o BNB à disposição para trabalhar em conjunto com o Comitê Gestor do Projeto Incluir no Campo.

4.20. A Conselheira Sonia informou sobre o que é a RECOTES e informou, ainda, que será realizado um encontro estadual, nos dias 10 e 11 próximos, no município de Serra, que é resultado da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrida em Brasília. No dia 10, será feita uma avaliação da proposta de estratégia territorial no Estado do Espírito Santo, que inclui a estratégia de articulação das políticas públicas ligadas à agricultura familiar. Informou, também, da ausência dos movimentos sociais nos colegiados, sendo o público alvo o que menos participa. No dia 11, será discutida uma proposta do CONDRAF de criação de um sistema nacional de desenvolvimento rural sustentável, que comece lá nos conselhos municipais, passe pelos conselhos territoriais, depois conselho estadual e, finalmente, o CONDRAF. Assim, os Conselheiros Sonia e Josean convidaram a todos os conselheiros para participar do Encontro, e discutirem a proposta de estrutura de gestão participativa dos planos de desenvolvimento, tanto dos municípios como do Estado. O Conselheiro Josean garantiu a disponibilidade de transporte para todos os representantes da sociedade civil que participarem.

4.21. A Conselheira Sonia solicitou esclarecimentos do Incaper sobre a solicitação feita pelo Território Montanhas e Águas sobre a demanda de técnicos referente a Chamada de Ater 10/2012 – Sustentabilidade. O Conselheiro Braz Venturim voltou a informar que os técnicos não podem atender em duplicidade, como já informado anteriormente, e que a saída é a reivindicação das representações dos agricultores familiares para o aumento do quadro técnico. O encaminhamento aprovado foi o convite ao INCAPER para esclarecimentos, na próxima reunião, sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nos dois territórios objetos da chamada pública.

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1. O Conselheiro Reginaldo solicitou que o CEDRS, e a SEAG, a inclusão de recursos na sua programação, para a compra e distribuição de sementes de milho crioulo para os agricultores familiares do Estado e que o controle - o contato e distribuição - fosse realizado pela Gerência de Agricultura Orgânica, da SEAG. O Conselheiro Demétrius esclareceu que já foi realizado um trabalho com a distribuição de semente de milho crioulo pela SEAG, com recursos da CONAB, mas que a reivindicação é que isto faça parte de uma política pública estadual, com a criação de um programa de Estado, sob a coordenação da Gerência de Agricultura Orgânica da SEAG e que não inclua somente a distribuição, mas todas as etapas. Esclareceu que já foram feitos contatos para a instalação de campos de reprodução no norte do Estado. O Secretário Executivo informou que foram distribuídos 10.000kg de sementes em 2012 e 15.000kg no ano de 2013, mas que só houve o apoio das Gerências de Agricultura Familiar e de Agricultura Orgânica da SEAG, mas que estava acatado o encaminhamento junto ao Secretário de Estado de Agricultura e Presidente do CEDRS.

5.2. O Conselheiro Valdemar, da Unicafes, lembrou que foi feito um trabalho intenso, junto à SEDU, para que os agricultores familiares avançassem para atender a chamada pública do Estado para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. Informou que, embora a época de plantio já tenha passado, o resultado final da Chamada Pública estava previsto para ser divulgado naquela data, pouco tempo antes da Copa do Mundo e férias de julho. Assim, destacou que estava faltando a complementação desse avanço, para que se pudesse se estruturar melhor e o agricultor poder acreditar nas propostas e aproveitar a porta aberta da comercialização.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

6. ENCAMINHAMENTOS

- 6.1. A Secretaria Executiva do CEDRS deverá, em conjunto com a Câmara Técnica de ATER, interceder junto às empresas credenciadas de ATER para a realização de reunião, a fim de elegerem uma representação única para compor a Câmara Técnica de ATER.
- 6.2. A Secretaria Executiva do CEDRS deverá encaminhar ofício ao município de Cariacica, solicitando o estudo sobre a presença de Agricultores Familiares no município para instruir a análise pelo CEDRS na homologação junto ao Território Montanhas e Águas.
- 6.3. A Secretaria Executiva do CEDRS, em conjunto com os Territórios e o MDA, deverá promover a realização dos Seminários de Política Fundiária.
- 6.4. A Secretaria Executiva do CEDRS deve promover a realização de um evento, para todos os seus membros, visando o debate sobre a agroindustrialização no Estado do Espírito Santo, com ênfase em assuntos como a legislação vigente, o suporte, as exigências da construção e adequação, o Agrolegal, programas já estabelecidos em outros estados e outros tópicos relacionados.
- 6.5. A Secretaria Executiva do CEDRS deverá realizar convite ao INCAPER para esclarecimentos, na próxima reunião do CEDRS, sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nos dois territórios objetos da chamada pública.

7. PRÓXIMA REUNIÃO

- 6.1. Data: 06 de maio de 2014
- 6.2. Horário: 9h
- 6.3. Local: Auditório – Prédio Anexo da SEAG

**Esta ata também é um convite para a próxima reunião conforme data, local e horário acima.
Favor confirmar presença.**

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I – EMENDA PARLAMENTAR APROVADA

EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL
PARA A SEAG ATRAVÉS DO MAPA
Emenda nº: 27710001
DEPUTADO FEDERAL CESAR COLNAGO

META 1	META 2
CAMINHÃO COM CARROCERIA DE MADEIRA	SECADOR METÁLICO CILÍNDRICO ROTATIVO PARA CAFÉ
Município beneficiado Alfredo Chaves	Município beneficiado Alegre
Objeto Veículo novo, ano/modelo atual, com no mínimo 150 cv, direção hidráulica, motor a diesel, no mínimo 04 cilindros, capacidade de carga útil mais carroceria de no mínimo 5.000 kg, PBT no mínimo 8.250 kg, freio a ar, disco ou tambor na dianteira e traseira, caixa de mudanças com 05 marchas a frente e uma a ré, equipado com carroceria aberta, em madeira de lei, tampas baixas e para-choque traseiro padrão INMETRO	Objeto Capacidade mínima de 10.000 litros ou 120 sacos de café, confeccionado em chapa de aço carbono 1010/1020 nº 14, com cobertura perfurada do tambor, com transmissão por redutor de velocidade, acionados por motores elétricos trifásicos ou monofásicos, composto por: secador; ventilador; fornalha metálica de fogo indireto para queima de lenha, com sistema autolimpante das cinzas, elevador metálico tubular, com canecas, medindo 9,00 m de altura total, com capacidade mínima de 200 sacos/hora, com cantoneira e com motores elétricos trifásicos ou monofásicos
Valor do item cadastrado no SICONV R\$ 125.000,00	Valor do item cadastrado no SICONV R\$ 32.470,00
Quantidade 01	Quantidade 01

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Anexo II - CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CEDRS APROVADO PARA O ANO 2014

Reunião	Data
99ª	08 de abril
100ª	06 de maio
101ª	03 de junho
102ª	08 de julho
103ª	05 de agosto
104ª	02 de setembro
105ª	07 de outubro
106ª	04 de novembro
107ª	09 de dezembro

CALENDÁRIO GERAL CEDRS E CÂMARAS TÉCNICAS ANO 2014

CT INFRAESTRUTURA PRODUTIVA E PROINF	CT ATER	CT POLÍTICA FUNDIÁRIA	REUNIÃO DO CEDRS
25/02	-	25/02	-
01/04	02/04	28/03	08/04
24/04	29/04	29/04	06/05
20/05	27/05	27/05	03/06
26/06	01/07	01/07	08/07
22/07	29/07	29/07	05/08
21/08	26/08	26/08	02/09
23/09	30/09	30/09	07/10
21/10	28/10	28/10	04/11
27/11	02/12	02/12	09/12

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO III - PROJETOS DELIBERADOS - CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

a) APROVADA A ALTERAÇÃO DE VALOR – PROPOSTA PNCF

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO CÓRREGO ÁGUA LIMPA I	
Código:	2011-ES-P0124
Quantidade de Beneficiários: 5	5
Município:	Alto Rio Novo
Área a ser adquirida (ha):	26,64ha
Valor anteriormente aprovado pelo CEDRS:	R\$176.168,60
Novo valor aprovado pelo CEDRS:	R\$215.000,00

b) NOVAS PROPOSTAS APROVADAS DO PNCF

Município: Nova Venécia

Imóvel: SITIO MUNDO NOVO		Área total do Imóvel: 23,6 ha		Elaboração: Carlos Nery			
1- Rebate do SMMT: POSSUI							
2 – Os beneficiários residem próximo a propriedade ser adquirida							
Nº	Tipo	Beneficiário	Área (ha)	Preço (R\$)	SIC (R\$)	SAT+SIC (R\$)	Valor/ha (R\$)
1	CPR	2013-ES-A0247 ASSOCIAÇÃO FAMILIAR AGRICULTORES DOS SANTOS DIAS	23,6	SAT Imóvel 273.600,00	119.600,00	415.700,00	10.593,00
				SAT Ater 22.500,00			

Beneficiários: 5

- 1- Benício Silveira Dias
- 2- Sidneia Catrinque Silveira Dias
- 3- Uberlan Godim dos Santos
- 4- Ubiratam Godim dos Santos
- 5- Juliana da Silva dos Santos

Município: Santa Teresa

Imóvel: SITIO SÃO JORGE		Área total do Imóvel: 15,0 ha		Elaboração: STR Santa Teresa			
1- Rebate do SMMT: Possui bônus de 10%							
2 – Os beneficiários residem próximo à propriedade ser adquirida							
Nº	Tipo	Beneficiário	Área (há)	Preço (R\$)	SIC (R\$)	SAT+SIC (R\$)	Valor/ha (R\$)
1	CPR	2013-ES-A0260 ASSOCIAÇÃO FAMILIA VALT	15,0	SAT Imóvel 163.521,00	74.679,00	251.700,00	10.000,00
				SAT Ater 13.500,00			

Beneficiários: 3

- 1- Renato Patrick Valt
- 2- Talles Valentim Valt
- 3- Junior Osório Valt

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO IV - PROJETOS DELIBERADOS – CÂMARA TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA

a) PROJETOS REFORMULADOS PELOS CMDRS – META VAN - APROVADOS SEM PENDÊNCIAS

Nº	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL Em R\$	OBSERVAÇÕES
1.	Santa Maria de Jetibá	01 ônibus com capacidade de 18 passageiros	235.000,00	Será feito comodato com a Associação de Pais, Alunos e Ex Alunos da EFA de São João de Garrafão (APAEFA). Atendimento aos alunos das Escolas Família Agrícola de São João de Garrafão e Alto Santa Maria.
2.	Domingos Martins	01 veículo tipo van	125.000,00	Será cedido para a Cooperativa de Empreendedores Rurais de Domingos Martins (COOPRAM) no deslocamento de agricultores.
3.	Muniz Freire	Veículo van	120.000,00	Ficará alocado no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Muniz Freire. Possibilitarão visitas técnicas, cursos, dias de campo, intercâmbios de agricultores agro ecológicos.
4.	Água Doce do Norte	Construção do Muro do Centro de Capacitação dos Produtores Rurais	83.305,23	O Município excluiu a meta “van” e inseriu o muro para complementar projeto já conveniado.

b) PROJETOS REFORMULADOS PELOS CMDRS – META VAN – REPROVADO

Nº	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL Em R\$	OBSERVAÇÕES
1.	Itapemirim	01 van capacidade mínima de 13 lugares	120.000,00	O projeto não atendeu às alterações determinadas pelo CEDRS.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

c) PROJETO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA APROVADO

Nº	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL Em R\$	PENDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
1.	Mucurici	02 Caminhões de carroceria	SEAG: R\$ 244.440,00	Sem pendências	Objetivos: -Transporte e escoamento da Produção Agropecuária; -Atendimento ao Programa de Transporte de Insumos. -Os Caminhões serão utilizados no Programa Municipal de Fortalecimento da Agricultura Familiar de Mucurici.
			Contrapartida: R\$ 7.560,00		
			TOTAL: R\$ 252.000,00		